

HISTÓRIA LITERÁRIA E HISTÓRIA DA LEITURA

HISTOIRE LITTÉRAIRE ET HISTOIRE DE LA LECTURE

Judith LYON-CAEN¹

Traduzido por: Leandro Thomaz de Almeida

Resumo:

Explora-se aqui o ambiente de circulação dos primeiros folhetins, de modo a mostrar seus possíveis papéis na sociedade parisiense de meados do XIX. Nesse sentido, as práticas de leitura recebem uma atenção especial, pois tanto os folhetins como os romances de autores como Balzac, dentre outros, servem não só como entretenimento, mas também como veículos de debates de questões sociais as mais diversas. As práticas de leitura, desse modo, revelam modos concretos e diversos de apropriação de um mesmo objeto literário, observação que convida historiadores e críticos literários a estarem atentos ao cruzamento de questões que interessam às duas disciplinas de que fazem parte.

Palavras-chave: história; romance; folhetim

Résumé:

On explore ici l'environnement de la circulation des premiers feuilletons afin de montrer leurs rôles possibles dans la société parisienne du milieu du XIXe. En ce sens, les pratiques de lecture reçoivent une attention particulière, parce que les feuilletons aussi bien que les romans d'auteurs comme Balzac, entre autres, servent non seulement comme un divertissement mais aussi comme véhicules de débats des questions sociales les plus divers. Les pratiques de la lecture révèlent ainsi des moyens concrets et différences d'appropriation du même objet littéraire, ce qu'invite les historiens et critiques littéraires pour être au courant des questions d'intérêt réciproque pour les deux disciplines auxquelles ils appartiennent.

Mot-cléss: histoire; littérature; feuilleton

A ambição das linhas que seguem é restrita: trata-se somente, a partir de um olhar de historiador sobre a literatura, de militar em favor de um alargamento dos objetos e dos métodos da história literária do século XIX e de esboçar um terreno comum à história e aos estudos literários. Essas proposições advêm de uma experiência de pesquisa consagrada às leituras do romance sob a monarquia de Julhoⁱ.

Os anos 1830 são marcados, sabemos, por uma explosão do gênero romanesco. Se as obras religiosas e morais, os livros de educação e os fundos clássicos continuam a suscitar as tiragens mais elevadas, os romances adquirem um lugar central no seio da produção impressa, a despeito de tiragens médias menores, tanto pelo aumento das “novidades” quanto pela difusão que lhes asseguram os gabinetes de leituraⁱⁱ. Enquanto a poesia permanece no topo da hierarquia dos gêneros, o público, ampliado pelo

¹ Professora na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

progresso da alfabetização, parece se encontrar às voltas com uma “fúria de romances”, segundo a expressão do editor Werdet (1860, P. 118-9)ⁱⁱⁱ. Os romances invadem a livraria, as revistas e, após 1836 e o lançamento do “romance-folhetim”, a imprensa cotidiana. No curso dos anos 1840, o sucesso dos romances-folhetim e a invenção de fórmulas editoriais menos custosas, como a venda por encomenda ou o formato Charpentier, fazem certos romances, os de Sue e de Dumas sobretudo, chegar ao status de “best-sellers” (LYON, p. 423-425)^{iv}: esses sucessos esboçam o regime de consumo cultural de massa que se desenvolve na segunda metade do século.

Esse impulso editorial do gênero romanesco é acompanhado de um reconhecimento de sua legitimidade literária (PLANCHE, 1835), bem como da multiplicação de romances que pretendem segurar um espelho apontado aos costumes contemporâneos. Essa emergência do “realismo” romanesco é bem conhecida da história literária^v; mas ela merece igualmente a atenção da história “do historiador”, pois ela afeta as práticas culturais de numerosos leitores bem como de suas representações do mundo: como os leitores de monarquia de Julho se apropriam desses romances de “costumes contemporâneos”, qual estatuto eles lhes atribuem, que tipo de verdade encontram neles? Qual é o papel do romance na apreensão e na formulação da complexidade social dessa época tão frequentemente percebida como confusa, opaca, disforme? Essas interrogações, que apelam a uma história cultural ou a uma história das representações^{vi}, põem duas séries de questões à história literária: a primeira é sugerida pelo estudo das práticas de leitura do romance sob a monarquia de Julho; a segunda, por uma reflexão sobre o estatuto do romance na economia discursiva dessa época.

Práticas de leitura e história literária

Sublinhemos de início, a partir do caso preciso desses romances da monarquia de Julho, o interesse, para a história literária, de uma atenção às práticas de leitura. Sabemos que a história das práticas de leitura construiu seus questionamentos e seus métodos considerando os textos como formas vazias, na expectativa de sentido ao lado de sua “efetuação por uma leitura” (CERTEAU, 1990, P. 247), para examinar exclusivamente o “processo pelo qual os leitores [...] dão sentido aos textos do qual eles se apropriam” (CHARTIER, 1998, P. 269). A vitalidade dessa corrente historiográfica, na esteira de Roger Chartier principalmente, mostrou todo o valor heurístico desse distanciamento do texto. Contornando o texto, o historiador pode se consagrar ao leitor

singular e concreto, portador de maneiras de ler, herdadas ou inventadas, que *caça* no texto^{vii}, bem como aos “sistemas de constrição” que delimitam as obras, mas também tornam possível sua compreensão: a recepção pode ser com efeito *orientada* pelas indicações – explícitas ou implícitas – do autor (ou dos autores) sobre a maneira correta de ler, tanto quanto pelo conjunto de dispositivos materiais (o formato, a disposição na página, a tipografia, a ilustração...) postos por aqueles que participam da transformação do texto em livro (editores e/ou tipógrafos).

Essa atenção lançada à *materialidade do texto* é preciosa para quem quer compreender as modalidades de produção das obras. O caso da publicação em folhetim dos *Mystères de Paris* no *Journal des Débats* entre junho de 1842 e outubro de 1843 pode ilustrar o papel das formas de publicação nos processos de produção e de recepção.

O fato é célebre, mas é preciso lembrá-lo aqui: nesta criação contínua que foram os *Mystères de Paris*, Eugène Sue adaptou sua proposta a uma parte da recepção crítica da primeira parte de seu romance, publicado entre junho e dezembro de 1842. Confrontados com o sucesso da pintura dos submundos parisienses, com a popularidade de personagens ambíguos como Fleu-de-Marie, a prostituta pura, ou Chourineur, o criminoso de bom coração, os críticos da imprensa literária e de uma grande parte da imprensa política se escandalizaram, denunciando tanto a imoralidade e mesmo a obscenidade do romance, quanto suas falhas de escrita. Uma outra parte da imprensa, fourierista principalmente, viu nessas descrições pitorescas da vida do povo parisiense, ao contrário, uma pungente e útil encenação da miséria das classes trabalhadoras. Nessa perspectiva, o romance podia doravante se colocar um propósito simplesmente filantrópico – revelar as misérias desconhecidas e engajar os mais ricos em boas ações – ou então se inscrever em um empreendimento mais radical de denúncia das injustiças sociais. Quando Eugène Sue retomou a pena no início do ano de 1843, ele decidiu orientar seu romance nessa dupla direção.

Pode-se aqui observar como um lugar e uma forma de publicação – o folhetim do *Journal des Débats* – favorecem uma escrita e uma recepção. E isso não somente porque o romancista pode trabalhar sobre o *tempo* da publicação para adaptar seu propósito a seu público (e responder, assim, indiretamente, aos ataques da crítica). As indicações destinadas a orientar a leitura em um sentido filantrópico ou humanitário são numerosas no próprio texto, em diferentes níveis (nas digressões que interrompem a narração ou nas palavras ditas por personagens alternativos, como Rodolphe). Mas o

romancista trabalha igualmente com a versatilidade do lugar de publicação do texto, fazendo publicar cartas de seus leitores filantropos – magistrados e médicos, essencialmente – nas próprias colunas do *Journal des Débats*. As reações suscitadas por *Les Mystères de Paris* adquirem assim o estatuto de verdadeiros eventos e retiram a recepção do romance da discussão estética e moral para trazê-la ao coração do debate público sobre a questão social. Na primavera de 1843, cada episódio de *Mystères de Paris* permite assim encenar no *Journal des Débats* as trocas entre Eugène Sue, *via* ficção, e seu público preocupado com questões tão graves e atuais quanto o custo da justiça penal, a questão penitenciária, a medicina dos pobres ou a reforma dos estabelecimentos de penhora. A linha negra que separa o folhetim do jornal tende, desse modo, a se apagar: enquanto os detratores do romance-folhetim dizem então temer uma contaminação do jornal pela ficção, o que desqualificaria a verdade e a seriedade da informação, a publicação de *Mystères de Paris* parece antes presidir a uma *desficcionalização* do romance. Os folhetins de Sue são recebidos por uma parte do público, e dados a ler como tais, como um simples *romanceamento* das grandes questões sociais do momento – o papel e as formas da prisão, o acesso dos pobres ao crédito, a igualdade diante da justiça. Alguns leitores designam então, significativamente, os folhetins de Sue como “artigos”.

O fim dos anos 1830 e o início dos anos 1840 foram um rico momento de experimentação na imprensa: *La Presse* de Girardin e *Le Siècle* de Dutacq tentam então promover um modelo de diário financiado pelo anúncio e, portanto, menos custoso, destinado a um público maior, aberto à pluralidade das vozes do debate público, antes que à tribuna de um partido ou à esfera de influência da opinião. Esses novos jornais, logo seguidos pelos demais, fazem o romance entrar no folhetim, sem que se possa então decidir qual o efeito dessa coabitação entre o jornalismo e a ficção em um mundo em que numerosos jornalistas praticam a escrita de ficção (ou, para dizer de outro modo, onde numerosos romancistas são também jornalistas) e em que o jornal se alimenta de numerosas “ficções de atualidade” – quadros de tipos morais e sociais do tempo, ao modo fisiológico e panorâmico, notícias ancoradas na estreita cronologia da atualidade^{viii}. Impulsionado pela recepção dos primeiros capítulos de seu romance-folhetim, Eugène Sue se aproveitou do folhetim do *Journal des Débats* para construir uma palavra na fronteira da ficção, em direção ao debate público, aperfeiçoando um romanescos marcado pela estética do melodrama e ritmado pela exigência da publicação cotidiana^{ix}. O fato de que se tenha então denunciado a degradação da literatura pode

tanto apontar para novas formas – efetivas – de escrita romanesca quanto a uma perplexidade face a essa palavra de um tipo inédito, difícil de apreender.

O caso de *Mystères de Paris* deveria assim incitar historiadores e literários a se debruçar mais atentamente sobre os primeiros anos do romance-folhetim, sem empregar as vias indicadas pela crítica literária da época, que estigmatiza “a industrialização” da literatura, nem se deixar orientar pela redução, aliás politicamente programada, do folhetim ao divertimento no Segundo Império. Essa ascendência, momentânea mas tão poderosa, de um escritor sobre o debate público através do folhetim envolve tanto o status do escritor romancista-jornalista quanto o da escritura de ficção no início dos anos de 1840. A violenta rejeição do romance-folhetim pela crítica testemunha os temores, morais e políticos, suscitados por essas novas formas de produção e de difusão do romance^x; esse fenômeno deveria incitar historiadores da cultura e especialistas da literatura a elaborar uma história da crítica literária no século XIX. Além das monografias sobre as grandes penas críticas^{xi}, falta na verdade, uma reflexão de conjunto sobre a profissionalização da função crítica, a emergência de uma palavra crítica autônoma e especializada, com seus lugares, como a *Revue des Deux Mondes*, e suas glórias, como Sainte-Beuve ou Jules Tanin. Todo um olhar sobre a literatura, toda uma definição do que é/não é literatura se trava aí – em condições sociais e intelectuais que seria preciso esclarecer. Seria necessário talvez mostrar, especificamente, como esses novos autores críticos que são frequentemente escritores *empurrados* para o jornalismo contribuem para definir a literatura *contra* a imprensa e a inscrevê-la em uma *história* necessariamente elitista, em que somente o crítico pode ser o senhor da obra e juiz.

A atenção aos leitores postulados ou programados por todos aqueles que fabricaram os primeiros romances-folhetim bem como as questões da recepção polêmica desse novo produto literário conduzem ao coração de questões ao mesmo tempo clássicas e fundamentais da história literária.

Além das leituras postuladas e inscritas nas obras, além de sua recepção pública, o historiador da leitura procura apreender as leituras singulares e concretas. Os traços delas são mínimos e podem ser encontrados nas cartas dirigidas aos escritores por seus leitores: leituras tão particulares quanto esses leitores, envolvidos na leitura a ponto de tomar a pena, e que jamais cessam, diante do autor imaginado, de estar em representação, de contar e reinventar sua própria leitura. Essas cartas de leitores não dão

acesso às leituras espontâneas que são o sonho do historiador, como também não podem representar toda a diversidade do leitorado e das leituras de uma obra, mas elas indicam modos de apropriação *possíveis*.

Os especialistas da história literária conhecem frequentemente essas cartas e as utilizam seja para enriquecer a biografia dos escritores, seja, em perspectivas inspiradas pela “estética da recepção”, para ilustrar o trabalho de um autor sobre os horizontes de expectativa de todo ou parte de seu público. Algumas das cartas de mulheres endereçadas a Balzac servem assim para compreender as modalidades da “comunicação” entre Balzac e seu público feminino (MOUNOUD-ANGLÈS, 1994). Um olhar “de historiador” sobre essas correspondências de leitores insistiria mais sobre o que o romance permite aos indivíduos dizer de si mesmos, sobre o que a leitura revela de práticas e de representações. Estudando as cartas de leitores de Balzac e de Sue, constatamos assim o quanto seus romances puderam servir não somente para expressar os estados de alma, mas para formular identidades sociais, para narrar itinerários sociais: sob a monarquia de Julho, os romances de Sue e de Balzac parecem assim sistematicamente investidos como que de palavras de verdade sobre a vida social^{xii}.

Tais usos do romance podem engajar o historiador da leitura a voltar aos textos para tentar apreender o estatuto desses romances “sobre a sociedade contemporânea” no espaço discursivo de 1830 e 1840.

Por uma história das economias discursivas

Todos os leitores que escrevem a Balzac ou a Sue afirmam então a verdade *social* de seus romances. Empregando as palavras dos romances, eles se põem a decifrar e a formular seu próprio mundo social, seus caminhos, suas ambições e, frequentemente, seus fracassos. Esse uso dos romances pode ser realização de uma minoria de leitores engajados em uma relação particular intensa com os textos e os autores fantasiados (DIAZ, 1994). É preciso, no entanto, aproximar esse modo de apropriação dos escândalos que suscita, no espaço público, a vontade mostrada pelos romancistas de representar o contemporâneo. O que se reprova, exatamente, em Balzac, em Souvestre ou em Sue senão, precisamente, a intenção e a fatura “realista” de suas obras? Cabe ao romance falar de fortunas rapidamente construídas ou de fracassos imerecidos, representar toda a escala das posições sociais, pintar as injustiças? O romance deve mostrar tudo, aí compreendidos os crimes dos submundos? Ele pode

pretender explorar os aspectos ocultos do social? A dupla ambição partilhada por numerosos romancistas da monarquia de Julho – representar a sociedade contemporânea em sua globalidade e revelar seus aspectos inferiores – provoca fundamentalmente escândalo. Evocando Balzac e Eugène Sue e as investigações sobre a prostituição parisiense de Parent-Duchâtelet^{xiii}, Paulin Limayrac, crítico na *Revue des Deux Mondes*, deplora o fato de o romance dotar os objetos de investigação social, inquietando-se com a publicidade dada às feridas sociais:

Quando um homem de consciência pura, digamos, M. Parent-Duchâtelet, que, por dever, havia passado sua vida nas regiões lamacentas da prostituição parisiense, comunicou seus estudos aos leitores, ele obedeceu a uma inspiração infeliz, e publicou um livro honesto e escandaloso. Obras parecidas devem ser vedadas ao público, como o museu secreto de Nápoles. Para desinfetar esses lugares que não se pode destruir, é preciso que os médicos do corpo social e os médicos sociais estudem em todos os seus graus essa putrefação física e moral; mas os resultados dos trabalhos devem ser o objeto de relatórios oficiais em esferas elevadas. Se se engana de endereço, se o relatório oficial se transforma em um livro de gabinete de leitura, querendo curar a ferida em um ponto, aumenta-o em outro. O manuscrito era uma obra louvável e útil, a obra publicada é uma sequência de pinturas obscenas, e um honesto homem acaba sendo o autor de uma espécie de compêndio de libertinagem. M. Parent-Duchâtelet lança então um livro perigoso, embora sua obra tivesse a aridez do processo verbal. O que será então se se dispõe Parent-Duchâtelet em romance, se se procura, assim, espalhar o interesse sobre esse amontoado de vícios que despertam vivamente a curiosidade, quando eles são apresentados sob a forma de nomenclatura? (LIMAYRAC, 1844)

Esse tipo de julgamento não sugere somente um estudo da periculosidade atribuída então aos romances “sociais” (pois o velho medo dos desvios de uma imaginação muito estimulada pelo romance toma aqui uma dimensão política: na hora em que o jornal dissemina mais largamente essas ficções que pretendem dar conta do estado social, teme-se as maiores desordens); a análise das inflexões da condenação do romance pode igualmente levar a uma reflexão sobre o lugar desses romances no espaço dos discursos.

Sabe-se que a sociedade pós-revolucionária analisou a si mesma frequentemente como uma sociedade caótica, turva e opaca. As constatações de ilegibilidade do mundo social são legião, em registros tão diversos quanto aqueles do quadro de costumes, da estatística e das pesquisas sociais, passando por todas as formulações românticas do “mal do século”. Como, agora que a produção romanesca conhece sua mais forte expansão e se afirma plenamente o projeto de uma representação realista da sociedade contemporânea, o romance se inscreve nesse conjunto proliferante de textos, rotulados ou não como literários, que afirmam a opacidade e a complexidade da vida social e

pretendem explorá-la, descrevê-la, decifrá-la, torná-la *legível*? Em suma, o que é escrever e publicar uma ficção sobre a sociedade contemporânea em um mundo em que se multiplicam as “escrituras do social” pretendendo todas elas representar o contemporâneo e reduzir sua opacidade?

Se nos detemos nos propósitos afirmados pelos romancistas em relação a suas obras – nos prefácios ou nos próprios romances –, se nos interessamos pelos prospectos de editores (vasta literatura, da qual um belo exemplo está conservado no fundo Lovenjoul), encontramos em todos os lugares proclamações de intenção séria: em todos, trata-se de conhecer, descrever, decifrar, decodificar a sociedade contemporânea. O tom, às vezes, pode parecer irônico, mas não é certo que a ironia compareça aqui para subverter fundamentalmente a intenção de conhecimento. Por esses projetos, os romances de Balzac, como os de Souvestre, de Soulié, ou mesmo de Paul de Kock, se aproximam de dois outros tipos de textos, superficiais ou sérios: de um lado, a literatura “panorâmica” das descrições de Paris como *Paris ou le Livre des Cent-et-un* (Ladvocat, 1831), os quadros de costumes contemporâneos como *Français peints par eux-mêmes* (Curmer, 1839-1841), ou pequenas fisiologias sociais (de estudantes, de coquetes, de empregados etc.); as investigações sociais sobre as classes trabalhadoras e perigosas, por outro, levadas a cabo mais frequentemente pela iniciativa da Academia de Ciências morais e políticas^{xiv}. Todas essas classes de textos não partilham apenas ambições ou, ao menos, vocabulários similares: há soluções descritivas e “decifrativas” muito próximas que perfazem uma maneira comum de transformar o mundo social em texto.

Assim, a literatura “panorâmica” dos quadros após 1830, coletiva e ilustrada, associa todos os gêneros e todos os registros para pôr o mundo social em “tipos” e revelar as instâncias inferiores ou os avessos do mundo contemporâneo. As séries romanescas balzaquianas, – *Scènes de la vie privée* (1830), *Scènes de la vie de province ou Scènes de la vie parisiennse* (1834), *Études de mœurs au XIX siècle* (1834) e *Comédie humaine* (1842), – os romances-folhetins explorando os “mistérios sociais”, como *Mémoires du Diable* (1837) de Frédéric Soulié ou *Mystères de Paris* de Eugène Sue (1842), recorrem a uma mesma escrita do tipo e dos avessos. Muito diferentes por seu tom, seus autores, suas intenções e o leitorado que elas visam, as investigações sociais da monarquia de Julho participam igualmente de uma vontade de descrição exhaustiva do social e de uma preocupação de trazer ao conhecimento as zonas misteriosas, miseráveis e reputadas criminosas, da sociedade contemporânea^{xv}. Face às interferências do mundo social, as fronteiras entre a ficção romanescas, a literatura

descritiva e a escrita “séria” dos administradores parecem porosas: Balzac, “historiador dos costumes” ou Émile Souvestre, arquiteto dos “romances da vida real”, proclamam a seriedade de suas intenções. A literatura panorâmica não cessa de sugerir a equivalência de todos os discursos: a última das grandes séries panorâmicas da época, *Le Diable à Paris*, recusa explicitamente privilegiar um modo de escrita sobre um outro, em nome da própria diversidade do objeto do livro, Paris. “Há tantas maneiras de considerar as inumeráveis comédias que se encenam ali quanto lugares em seu imenso recinto”, lê-se na proposta liminar. “Que cada um de nós o veja então como pode, esse da orquestra, aquele do balcão, o outro do anfiteatro: será necessário que a verdade se encontre no meio dos julgamentos diversos” (LAVALLÉ e SAND, 1845, p. 27). Enfim, certos observadores sociais, como Buret (1840, p. 366, t. I), se pegam sonhando com o poder descritivo da “arte” literária:

Nós estudamos o aspecto e o estado das habitações da miséria; nos restaria agora encenar, nesse teatro bem digno dele, o pauperismo das grandes cidades, mostrá-lo em ação, tal qual ele aparece aos raros visitantes que o surpreendem em seu verdadeiro domicílio. Longe de nós a pretensão de querer igualar por descrições a pitoresca verdade da extrema miséria; seria necessário uma outra pena que não a nossa para descrever fielmente a população que sofre suas duras leis, seu mobiliário, suas vestes, seu entorno. Os escritores a quem o céu deu o talento de dizer, e que frequentemente não sabem muito o que fazer com essa faculdade, deveriam bem empreender uma viagem pitoresca nas baixas regiões de nossas sociedades, eles reportariam os quadros do mais belo horror, e, exercendo seu talento, eles ofereceriam um notável serviço às nações civilizadas, chamando sua atenção para o vasto campo de Barbárie que se forma, sem o seu conhecimento, no meio delas.

Na época em que se inventa, em outros lugares, o projeto de uma ciência social, o romance constituiria a matriz das representações da sociedade?^{xvi} Assim formulada, a questão é sem dúvida elaborada de maneira muito elástica; mas ela incita historiadores e literários a trabalhar juntos sobre o estatuto da literatura no espaço dos discursos dessa época e pode sugerir novos objetos à história literária:

– de uma parte, esses objetos textuais intermediários e mal definidos que são os quadros de costumes ou as cenas da vida contemporânea publicados na literatura “panorâmica” das grandes séries ilustradas ou das fisiologias, que abundam igualmente nas revistas, satíricas ou literárias, e invadem as colunas de variedades da imprensa cotidiana;

– de outra, toda a “literatura” de investigação social. A sociologia da literatura trouxe muito à história literária; talvez seja tempo, doravante, de empreender uma história cultural e literária das ciências sociais no século XIX.

Referências

- BAILBÉ, Joseph-Marc. *Jules Janin, une sensibilité littéraire et artistique*. Paris: Minard, 1974.
- BALZAMO, Michel. *Sainte-Beuve. Anthologie critique*. Paris: Éditions universitaires, 1990.
- BARBIER, Frédéric. Une production multipliée. *Histoire de l'édition française, III. Le temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle Époque*, Paris, Fayard, 1990.
- BOURET, Eugène. *De la misère des classes laborieuses en Angleterre et en France*. Bruxelles: Paulin, 1840, 2 vol.
- CERTEAU, Michel de. Lire: un braconnage. In: *L'Invention du quotidien. 1. Arts de faire*, Paris: Gallimard, 1990, p. 239-258.
- CHARLE, Christophe. Le chamo de la production littéraire. *Histoire de l'édition française, III. Le temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle Époque*, Paris, Fayard, 1990.
- CHARTIER, Roger, "Histoire et littérature". In: *Au bord de la falaise. L'histoire en certitudes et inquiétudes*. Paris: Albin Michel, 1998.
- CHARTIER, Roger. Le monde comme représentation. *Annales ESC*, novembre-décembre, p. 1505-1520, 1989.
- [COCHUT, André] A. C. T. Mouvement de la presse française en 1835. *Revue des Deux Mondes*, Paris, avril de 1836, p. 67-115.
- CORBIN, Alain. Le vertige des foisonnements. Esquisse panoramique d'une histoire sans nom. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, janvier-mars, p. 103-126, 1992.
- DIAZ, José-Luiz. L'écrivain de leurs rêves: Balzac fantasmé par ses lectrices. *Textuel*, n° 27, "Écrire à l'écrivain", p. 61-75, 1994.
- DUMASY, Lise. *La Querelle du roman-feuilleton. Littérature, presse et politique: un débat précurseur (1836-1848)*. Grenoble: ELLUG, 1999.
- FRÉGIER, Honoré-Antoine. *Des classes dangereuses de la population des grandes villes et des moyens de les rendre meilleures*. s.l: J.-B. Baillière, 1840, 2 vol.
- LAVALLÉ, Théophile e SAND, George. *Le Diable à Paris*. Paris: Hetzel, 1845.
- LECLERC, Gérard. *L'Observation de l'homme*. Une histoire des enquêtes sociales, Paris: Éditions du Seuil, 1979.
- LÉCUYER, Bernard. Médecins et observateurs sociaux: les Annales d'hygiène publique et de médecine légale (1820-1850). In: *Pour une histoire de la statistique*. 2^aed. Paris: Economica/INSEE, 1987, p. 445-475
- LEPENIES, Wolf. *Sainte-Beuve au seuil de la modernité*. Paris: Éditions Gallimard, 2002.
- LETERRIER, Sophie-Anne. *L'Institution des Sciences Morales, 1795-1850*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- LIMAYRAC, Paulin. Simples essais d'histoire littéraire. IV, Le roman philanthropique et moraliste, *Les Mystères de Paris* de M. Eugène Sue. *Revue des Deux Mondes*, janeiro 1844.
- LYON-CAEN, Judith Lyon-Caen. Une lettre d'Aimée Desplantes à Eugène Sue. Lecture, écriture, identité sociale. *Genèses. Sciences sociales et histoire*, n°18, p. 132-151, 1995.
- LYON-CAEN, Judith. *Lectures et usages du roman en France, de 1830 à l'avènement do Second Empire*, tese sob a direção de Alain Corbin, Université de Paris I, 2002, 3 vol.

- LYONS, Martin. Les best-sellers. *Histoire de l'édition française, III. Le temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle Époque*, Paris, Fayard, 1990.
- MOUNOUD-ANGLÈS, Christiane. *Balzac et ses lectrices. L'affaire du courrier des lectrices de Balzac. Auteur/lecteur: l'invention reciproque*. Paris: Indigo et Coté-Femmes éditions, 1994.
- PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre. *La prostitution à Paris au XIX siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
- PERROT, Michele. Premières mesures des faits sociaux: les débuts de la statistique criminelle en France. In: *Pour une histoire de la statistique*. 2^aed. Paris: Economica/INSEE, 1987, p. 125-137.
- PICHOIS, Claude. *Philarète Chasles et la vie littéraire au tempos du Romantisme*. Paris: Éditions José Corti, 1967, 2 vol.
- PLANCHE, Gustave. Histoire et philosophie de l'art. VI. Moralité de la poésie. *Revue des Deux Mondes*, Paris, 1 février, 1835.
- ROSAVALLON, Pierre. *Le Peuple introuvable. Histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard, 1998.
- THÉRENTY, Marie-Ève. *Mosaïques. Être écrivain entre presse et roman, 1839-1836*, tese da Université Paris 7 – Denis Diderot, 2000, 2 vol.
- VAILLANT, Alain Vaillant e THÉRENTY, Marie-Ève Thérénty. *1836, l'an I de l'ère médiatique*. Paris: Nouveau monde éditions, 2001.
- VILLERMÉ, Louis-René. *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers des manufactures de coton, de laine et de soie*. Paris: Renouard, 1840, 2 vol.
- WERDET, Edmond. *De la librairie française*. Paris: Dentu, 1860

Notas

ⁱ Permito-me remeter aqui a minha tese, *Lectures et usages du roman en France, de 1830 à l'avènement do Second Empire*, sob a direção de Alain Corbin, Université de Paris I, 2002, 3 vol.

ⁱⁱ Ver Frédéric Barbier (1990, p. 117 em particular); Martin Lyons (1990, p. 417). As tiragens médias dos romances parecem girar em torno de 1000-1500 exemplares nos anos 1830, e atingem 2000 a 5000 exemplares nos anos 1840. Segundo Martin Lyons (1990) as tiragens acumuladas do maior sucesso de Balzac, *La Peau de Chagrin*, reeditada oito vezes antes de 1850, não ultrapassam 20 000 exemplares.

ⁱⁱⁱ Uma avaliação da produção impressa em 1835, publicada em 1836 na *Revue des Deux Mondes*, mostra, no entanto, o hiato entre as “Ciências metafísicas” (teologia, filosofia, jurisprudência, política), que atingem mais de mil títulos, as obras de educação (mais de 700 títulos), e os romances, que chegam a 210 títulos, ou seja, menos que a poesia (273), o teatro (299) ou as “ciências históricas” ([COCHUT], 1836). Sobre sua longa duração, unicamente no domínio da produção literária (romance, poesia e teatro), o número de títulos médios por ano e por gênero parece mostrar que a supremacia do romance não se torna manifesta senão após 1840 (Christophe Charle, 1990, p. 139). A percepção cronologicamente deslocada de Werdet pode se dar pelo fato de ser ela uma reconstrução, mas sugere igualmente o quanto a livraria pode ter sido surpreendida pela intensificação da demanda de leitura de romances, antes de adaptá-los à oferta.

^{iv} Dumas chegaria a tiragens acumuladas próximas dos 30 ou 40 000 exemplares para *Le Comte de Monte-Cristo*, ou *Les Trois mousquetaires*; Sue teria atingido respectivamente 60 e 80 000 exemplares com *Les Mystères de Paris* e *Le Juif errant*. Essas estimativas levam em conta todas as formas de edição, aí compreendida a publicação em folhetins. Essas tiragens globais elevadas se explicam pelo acúmulo de edições de todo tipo, folhetim na imprensa cotidiana, primeira edição in 8º a 7,50 francos, em seguida publicações por encomenda a 30 ou 50 centavos, versões ilustradas de luxo e pequenos formatos in-12 ou in-18 a 3,50 francos, segundo o modelo elaborado por Charpentier em 1838. O sucesso de um romance corresponde então mais à multiplicação de edições em preços e formatos variados, visando públicos diferenciados, que a uma importante demanda por um mesmo objeto.

^v Marie-Ève Thérénty (2000) associa esse interesse pela atualidade ao impulso do jornal, pelo qual passam todos os escritores em busca de subsistência e notoriedade.

^{vi} Sobre a definição desses empreendimentos, ver Roger Chartier (1989) e Alain Corbin (1992).

^{vii} Remetemos ao texto fundador de Michel de Certeau (1990).

^{viii}Sobre esse ponto, ver Alain Vaillant e Marie-Ève Thérenty (2001) e a tese de Marie-Ève Thèrenty (2000).

^{ix} O que conduz o leitor de hoje a ver nesse romance o paradigma do “romance popular” do século XIX, sendo desencorajado pelas longas digressões filantrópicas cuja pertinência lhe escapa.

^x Para uma antologia das reações à invenção do romance-folhetim, ver Lise Dumasy (1999).

^{xi} Ver, por exemplo, Claude Pichois (1967); Joseph-Marc Bailbé (1974); Michel Balzamo (1990); Wolf Lepenies (2002).

^{xii} Para um exemplo desses usos do romance ver Judith Lyon-Caen (1995).

^{xiii} Ver Alexandre Parent-Duchâtelet (1981).

^{xiv} Eugène Bouret (1840); Honoré-antoine Frégier (1840) e Louis-René Villermé (1840).

^{xv} Para uma primeira aproximação às investigações sociais, ver Gérard Leclerc (1979); Bernard Lécuyer (1987) e Michele Perrot (1987). A tese de Sophie-Anne Leterrier (1995) esclarece o contexto institucional da produção dessas investigações.

^{xvi} Como propõe Pierre Rosanvallon (1998, p. 288): “bem antes que seja formulado o projeto mais científico de uma física social, é através da literatura e do ensaio que se buscam os princípios de inteligibilidade.”